



Disputa pela liderança da União Africana - Em julho de 2016, a Cimeira da União Africana (UA) que terá lugar em Kigali, no Ruanda, irá eleger uma nova comissão e novos comissários da União Africana. [Pag 2](#)

Governo de Unidade Nacional no Sudão do Sul - A 26 de abril o líder dos rebeldes do sul do Sudão, Riek Machar chegou finalmente a Juba para assumir o cargo de Vice-Presidente no governo de unidade nacional liderado por Salva Kiier. [Pag 3](#)

Obiang Reeleito na Guiné Equatorial - O Presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema, foi reeleito para o cargo nas eleições presidenciais de 24 de abril. De acordo com os dados da Junta Nacional Eleitoral, Obiang obteve 99,2% dos votos. [Pag 3](#)

OMS Pretende Erradicar a Malária - No âmbito das celebrações do Dia Mundial de luta contra a Malária, a Organização Mundial da Saúde anunciou que continuará a implementação da sua estratégia de eliminação da doença em todo o mundo. [Pag 4](#)

Instabilidade em Moçambique - A situação política em Moçambique tem-se vindo a agravar desde as eleições gerais de 2014. A RENAMO reclamou o direito a nomear os governadores das províncias onde venceu as eleições mas o governo da FRELIMO recusou essa exigência. [Pag 4/5](#)

Novo RESGNU para a Guiné-Bissau - Modibo Touré substituiu Miguel Trovoada como Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas (RESGNU) para a Guiné-Bissau e como chefe da Missão das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS). [Pag 6](#)

São Tomé e Príncipe Apresenta Candidata a Secretária Geral da CPLP - Maria do Carmo Silveira anunciou que é a candidata de São Tomé e Príncipe ao cargo de Secretária-Executiva da CPLP. [Pag 6](#)

Presidente JOMAV Demite Governo Guineense - O Presidente da República da Guiné-Bissau demitiu o Governo do Primeiro-Ministro Carlos Correia. Esta decisão foi o culminar de uma crise política que se vivia no país desde agosto de 2015. [Pag 7/8](#)

Maiores Economias Africanas - De acordo com informação disponibilizada pelo FMI, a maior economia africana neste momento é a Nigéria. A economia sul-africana, que já foi a maior do continente, caiu para o terceiro lugar, ultrapassada pela economia egípcia. [Pag 8](#)

Parceria Estratégica China-Moçambique - O Presidente moçambicano assinou com o seu homólogo chinês, um Acordo de Parceria e Cooperação Estratégica Global que vai permitir aprofundar as relações entre os dois países. [Pag 9](#)

O Crescimento Económico em África - O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a OCDE e a ONU divulgaram o relatório African Economic Outlook (AEO) deste ano. [Pag 9/10](#)

Portugal participa na MINUSCA - Portugal vai enviar 149 militares para integrarem a missão de estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA). [Pag 11](#)

Candidatos às Presidenciais em São Tomé e Príncipe - São Tomé e Príncipe vai realizar eleições presidenciais. Entre os candidatos que já anunciaram a sua candidatura surgem o economista Estanislau Afonso e o músico Gilberto Gil Umbelina. [Pag 11](#)

Hisséne Habré Condenado a Prisão Perpétua - O antigo Presidente do Chade, Hisséne Habré foi condenado a prisão perpétua pelos crimes cometidos durante os seus mandatos. [Pag 12](#)



Disputa pela liderança da União Africana

■ Luís Castelo Branco

Em julho de 2016, a Cimeira da União Africana (UA) que terá lugar em Kigali, no Ruanda, irá eleger uma nova comissão e novos comissários. Esta Cimeira será marcante não só pela eleição do novo Presidente da Comissão da União Africana, como também do Vice-Presidente.

Para substituir a atual Presidente da Comissão da União Africana, a sul-africana Nkosazana Dlamini-Zuma, que anunciou que não avançará para um segundo mandato, as diversas regiões do continente apresentaram os seus candidatos.

A zona austral apresentou o Ministro dos Negócios Estrangeiros (MNE) do Botswana, Palononi Venson Moitoi. A antiga Vice-Presidente do Uganda, Specioza Wandira Kazibwe, será a candidata da zona oriental. O atual MNE da Guiné Equatorial, Agapito Mokuy, será o candidato da zona centro. A região norte avançara com a candidatura do atual MNE da Argélia, e antigo comissário da União Africana para a Paz e Segurança, Ramtane Lamamra. Esta última candidatura deverá ter que enfrentar a natural oposição de Marrocos que poderá optar por apoiar outro candidato.

A decisão de Nkosazana Dlamini-Zuma de não se candidatar a segundo mandato poderá ter a ver com a situação interna no seu país, onde o Presidente Jacob Zuma, seu antigo marido, enfrenta, cada vez mais, dificuldades em se manter no cargo devido aos escândalos relacionados com a utilização de fundos públicos para melhorias na sua casa.

Num possível cenário de afastamento de Jacob Zuma, que é contestado não só pela oposição sul-africana mas também por sectores dentro do seu próprio partido, Dlamini-Zuma poderia ser uma candidata ao seu lugar, contanto, para isso, com importantes apoios no seio do ANC.

Até à realização da próxima Cimeira da UA, os vários candidatos vão tentar obter o maior número possível de apoios, nomeadamente fora das suas regiões naturais, de modo a que se possam apresentar com o maior leque possível de apoios em diferentes regiões.

O candidato do Botswana terá, à partida, dois trunfos a seu favor. O primeiro tem a ver com o facto de a região ainda ter direito a mais dois anos, uma vez que Dlamini-Zuma só esteve dois anos à frente da Comissão tendo decidido não se recandidatar. Por outro lado, o

peso da África do Sul poderá ser determinante. Em 2014 foi a intensa campanha diplomática sul-africana que esteve por detrás da vitória de Dlamini-Zuma. As autoridades de Gaborone esperam poder contar com idêntico empenhamento do governo de Pretória.

A candidatura do Uganda enfrenta alguns problemas dentro da sua própria região, a África Oriental, uma vez que o Presidente ugandês, Yoweri Museveni, não tem a melhor das relações com vários países o que pode prejudicar a candidatura de Specioza Kazibwe.

Qualquer que seja o vencedor terá que enfrentar sérios desafios na liderança da União Africana. A nível interno é necessário manter o equilíbrio de poderes entre as várias regiões no momento de escolher os comissários que farão parte da equipa. Também a nível interno, é necessário aumentar as fontes de financiamento intra-africanas, de modo a fazer diminuir a dependência financeira externa da União Africana que, de certo modo, condiciona as suas opções.

A nível externo, a UA deve continuar a delinear uma estratégia de combate ao terrorismo que atinge vários países do continente e que tem sido também causa de conflitualidade entre vários países africanos. Esta estratégia deverá passar, necessariamente, pelo reforço operacional das Missões de paz da União Africana, as quais, embora tenham conhecido fortes desenvolvimentos nos últimos anos, ainda estão muito dependentes de apoios externos para serem criadas e mantidas.

Para além da eleição do novo Presidente e novo Vice-Presidente da Comissão da União Africana, a cimeira de Kigali também elegerá os Comissários responsáveis pelas áreas dos Assuntos Políticos, Infraestrutura e Energia, Agricultura e Economia Rural e Recursos Humanos, Ciência e Tecnologia. Para além destes, os Comissários das áreas da Paz e Segurança, Assuntos Sociais, Indústria e Comércio e Assuntos Económicos procurarão ser reeleitos.

Ao nível da eleição dos Comissários, há algumas pastas que são especialmente concorridas, nomeadamente, a da Paz e Segurança que é disputada pela Nigéria e pela Argélia. A perda desta pasta para a Argélia seria uma clara derrota pois tem-na ocupado desde 2003. A mesma derrota para Nigéria seria vista como um sério desaire para o Presidente Buhari, uma vez que deixaria a Nigéria fora da próxima comissão da União Africana.



Governo de Unidade Nacional no Sudão do Sul

A 26 de abril o líder dos rebeldes do sul do Sudão, Riek Machar chegou finalmente a Juba para assumir o cargo de Vice-Presidente no governo de unidade nacional liderado por Salva Kiier. Este era o ponto mais sensível do acordo assinado, em agosto passado, entre o governo e os rebeldes e que pôs fim a mais de dois anos de conflito.

A distribuição de pastas no novo executivo procurou respeitar os difíceis equilíbrios étnicos e regionais. Nesse sentido, a pasta de Ministro dos Negócios Estrangeiros foi atribuída a Deng Alor Kwol, natural da zona de Abiyei que tem sido disputada pelo Sudão e pelo Sudão do Sul devido, sobretudo, às suas riquezas naturais, nomeadamente, petróleo.

O Sudão do Sul, que ascendeu à independência em 2011, viu-se envolvido no conflito interno que opôs o governo de Salva Kiier aos rebeldes liderados pelo seu Vice-Presidente Riek Machar. O conflito provocou milhares de mortes e mais de dois milhões de deslocados. O que ao início era, essencialmente, uma luta pelo poder alastrou-se a praticamente todo o país e assumiu contornos étnicos, opondo os dinka, grupo étnico ao qual pertence o Presidente Salva Kiier, aos nueres, etnia à qual pertence Machar.

Na base do conflito estiveram acusações de Salva Kiier contra o seu Vice-Presidente de que se estaria a preparar para efetuar um golpe de estado para o afastar do poder. No entanto, a desconfiança entre ambos, baseada em rivalidades étnicas, está na origem do conflito.

Graças aos esforços de mediação regional, nomeadamente da Etiópia e do Uganda, as partes chegaram a um acordo em agosto passado, mas que estava a ser difícil implementar, nomeadamente, no que diz respeito à criação de condições de segurança que permitissem o regresso de Riek Machar a Juba para assumir o seu antigo posto de Vice-Presidente do país.

Este acordo permitirá que a comunidade internacional possa auxiliar o Sudão do Sul na reconstrução da sua economia, devastada por anos de guerra. A situação económica do país é ainda agravada pelos efeitos de uma prolongada seca que tem atingido o país, e que, segundo dados do Programa Alimentar Mundial (PAM) das Nações Unidas, leva a que 5.3 milhões de sudaneses do sul enfrentem o fantasma da fome.

Apesar dos desafios económicos que o país enfrenta, a maior dificuldade será a de ultrapassar a desconfiança que ainda existe entre o Presidente e o Vice-Presidente e que será essencial para a criação de um governo de unidade nacional que funcione.

Obiang Reeleito na Guiné Equatorial

O Presidente da Guiné Equatorial, Teodoro Obiang Nguema, foi reeleito para o cargo nas eleições presidenciais de 24 de abril. De acordo com os dados da Junta Nacional Eleitoral, Obiang obteve 99,2% dos votos.

No poder desde 1979, onde chegou por meio de um golpe de Estado, Obiang recandidatou-se a novo mandato de sete anos, à frente de uma coligação de uma dezena de forças políticas, entre elas o Partido Democrático da Guiné Equatorial, do qual é líder. Nas últimas eleições, realizadas em 2009, Obiang obteve 95,37% dos votos.

Com esta eleição, Obiang, que está no poder há 37 anos, reforça a sua posição como líder africano há mais tempo à frente dos destinos de um país.

A oposição contestou todo o processo, afirmando que o mesmo ficou manchado por várias irregularidades e medidas de intimidação. Com uma administração eleitoral totalmente dependente do regime, com controlo governamental sobre a liberdade de expressão e meios de comunicação social, a oposição referiu que o resultado só poderia ser uma vitória esmagadora de Obiang.

Perante este cenário, o principal partido da oposição, a Convergência para a Democracia Social (CDS) decidiu não apresentar candidato a estas eleições. O líder do movimento Cidadãos pela Inovação (CI), o antigo Tenente Coronel Gabriel Nsé, foi excluído do processo eleitoral por não ter residido no país nos últimos cinco anos, o que contraria a lei eleitoral. Perante este cenário, a única oposição que o Obiang teve foi a de Avelino Mocache da União do Centro Democrático, que obteve uma votação muito pequena.

O regime de Obiang tem conseguido controlar o país fruto dos dividendos obtidos através da exploração petrolífera. Porém, a queda abrupta do preço do petróleo tem tido sérias consequências para a economia equato-guineense, a qual tem tido dificuldades em cumprir os seus compromissos financeiros, nomeadamente juntos de empresas estrangeiras que actuam no país no âmbito das grandes obras. Aliás, tem sido este envolvimento de grandes empresas internacionais, oriundas dos principais países europeus, que explicam uma certa benevolência e ausência de críticas para com o regime de Obiang.



OMS Pretende Erradicar a Malária

No âmbito das celebrações do Dia Mundial de luta contra a Malária, que se celebra a 25 de abril, a Organização Mundial da Saúde (OMS)¹ anunciou que continuará a implementação da sua estratégia de eliminação da doença em todo o mundo. Neste momento, todo o continente europeu já está livre desta doença.

Notícias positivas também foram os dados relativos a oito países anteriormente afetados, e que em 2014 não tiveram nenhum caso de malária: Argentina, Costa Rica, Iraque, Marrocos, Omã, Paraguai, Sri Lanka e Emirados Árabes Unidos. A OMS destaca, igualmente, que outros 12 países relataram entre 100 e mil casos da doença no mesmo ano.

Desde 2000, a taxa de mortes por malária caiu 60%, embora grande parte dos casos ainda esteja concentrado na África subsariana. Só em África, esse índice diminuiu 66% e se forem consideradas as mortes por malária somente entre crianças menores de cinco anos de idade, a queda foi ainda maior, tendo chegado aos 71%.

Os avanços foram possíveis graças à promoção de medidas de controlo: mosquiteiros impregnados com inseticida, sprays repelentes de mosquitos, testes de diagnóstico rápido e terapias de tratamento com base na substância artemisinina.

A OMS lembra que eliminar a malária não será fácil. Quase metade da população mundial, ou seja 3,2 mil milhões de pessoas, continua em risco. No ano passado, 214 milhões de novos casos foram registados em 95 países e mais de 400 mil pessoas morreram pela doença.

Para se alcançarem os objetivos pretendidos, é necessário um forte investimento que deverá rondar os 8,7 mil milhões de USD por ano até 2030, sendo que atualmente, são investidos apenas 2,5 mil milhões de USD anuais.

A OMS pretende eliminar esta doença em mais 10 países até 2020. O objetivo mais ambicioso aponta para a eliminação total da doença até 2030, mas para tal é necessário um esforço global e que as condições climáticas adversas, tais como se estão a sentir neste momento em várias regiões de África com secas prolongadas, não se agravem.

¹ On World Malaria Day, a push to eliminate malaria. 25/04/2016.
<http://www.who.int/mediacentre/news/releases/2016/world-malaria-day/en/>

Instabilidade em Moçambique

A situação política em Moçambique tem-se vindo a agravar desde as eleições gerais de 2014. Nessa altura, e por ter ganho em diversas províncias do centro e norte do país, a RENAMO reclamou o direito a nomear os governadores dessas províncias, intenção essa que não está prevista na Constituição moçambicana. O governo da FRELIMO recusou tal exigência, referindo que os governadores são os representantes do Governo nas províncias e, por isso, não fazia sentido serem nomeados pela oposição.

O país foi caminhando para um conflito de baixa intensidade pautado por ataques nas principais vias de comunicação terrestre, alegadamente cometidos por membros da RENAMO.

Depois de dois ataques falhados contra a sua vida, em setembro de 2015, o líder da RENAMO, Afonso Dhlakama, optou por se refugiar na sua zona de conforto tradicional, a serra do Gorongosa, na província de Sofala, limitando, em muito, a sua aparição pública. Outras figuras de destaque da RENAMO, como o Secretário-geral do partido, Manuel Bissopo, foram igualmente alvo de atentados.

O conflito já fez com que mais de 10 mil moçambicanos tenham procurado refúgio no vizinho Malawi. Este fluxo não será maior porque as autoridades moçambicanas estarão a dificultar a saída de mais refugiados com vista a minorar o efeito do conflito.

Se a situação já não era positiva, ela agravou-se no início de 2016, quando a RENAMO ameaçou assumir o controlo das províncias onde tinha vencido as eleições de 2014. Embora não tivesse ficado claro como é que iria operacionalizar esta ameaça, serviu para agravar, ainda mais, a tensão.

O impasse sobre o modelo de negociações, com recurso ou não a mediadores internacionais, faz com que uma solução política para a crise tarde em surgir, ao mesmo tempo que a opção militar vai ganhando adeptos de ambos os lados. A descoberta de uma vala comum, em inícios de maio na zona da Gorongosa, com dezenas de corpos, veio radicalizar, ainda mais, as posições. Não é claro quem terá sido o autor deste crime, embora a RENAMO se tenha vindo a queixar do desaparecimento de vários dos seus apoiantes nesta região.

Devido aos efeitos do fenómeno climático El Niño, Moçambique, assim como grande parte da África Austral, enfrenta uma forte seca



com efeitos devastadores na produção alimentar. Por causa disso, Moçambique tem sido obrigado a desviar recursos financeiros para fornecer alimentos às populações mais carenciadas ao mesmo tempo que apela ao apoio internacional.

A situação em Moçambique piorou, ainda mais, quando, em abril, foi descoberta a existência de vários empréstimos contraídos por empresas públicas e que tinham sido omitidos, quer às instâncias financeiras internacionais e aos doadores, bilaterais e multilaterais, que apoiam o orçamento do país, quer ao próprio Parlamento moçambicano.

No total, o valor em causa é superior a 2 mil MUSD. Para além dos empréstimos, no valor de 850 milhões de dólares, contraídos para estabelecer a Empresa Moçambicana de Atum (EMATUM), há dívidas garantidas pelo Estado, entre 2013 e 2014, de 622 milhões de USD a favor da Proindicus e de 535 milhões de USD para a Mozambique Asset Management (MAM).

A consequência mais imediata desta descoberta foi a necessidade do Primeiro-Ministro moçambicano ter que ir, de imediato, a Washington explicar esta situação ao FMI, o qual optou por cancelar a missão que estava a prever realizar a Moçambique e a suspender o desembolso da segunda parcela de um empréstimo de 286 milhões de USD acordados em 2015.

Esta situação levou a que os doadores de Moçambique, bilaterais e multilaterais, reunidos no Grupo de Apoio ao Orçamento (G-14), decidissem suspender ajuda ao país até que esta situação fique totalmente esclarecida. Face ao peso que este apoio tem nas contas moçambicanas, o país está, de facto, numa situação de grande fragilidade.

Depois desta decisão do G-14, também os EUA anunciaram a suspensão da sua ajuda a Moçambique. Embora não façam parte do grupo de doadores que apoia diretamente o orçamento de estado de Moçambique, os EUA são o principal doador bilateral do país com um apoio anual de 400 MUSD.

Devido à deterioração abrupta da sustentabilidade da dívida pública moçambicana, a agência de notação financeira Fitch baixou, em finais de abril, o rating da dívida de Moçambique, prevendo que o valor da mesma ultrapasse os 100% do PIB até ao final do ano.

Face ao agravamento da situação, com consequências diretas na vida das populações, com uma enorme desvalorização do metical e o aumento de custo de vida, os sinais de descontentamento são crescentes e existe a possibilidade da contestação passar para as ruas.

Todo este cenário provocou uma contração marcada pela desvalorização cambial, pela queda do investimento direto estrangeiro e pela redução dos preços das matérias-primas, como o carvão e o gás.

O governo moçambicano tinha proposto à RENAMO a criação de uma comissão mista destinada a retomar o diálogo. Para tal, as autoridades moçambicanas tinham indicado três elementos: Jacinto Veloso, membro do Conselho Nacional de Defesa e Segurança, Maria Benvenida Levi, conselheira do Presidente da República, e Alves Muteque, quadro da Presidência.

A RENAMO recusou, durante algum tempo, participar nesta comissão alegando que o conflito só seria ultrapassado através do recurso à mediação internacional. Porém, em maio, a RENAMO anunciou a sua decisão de participar nesta comissão tendo nomeado como seus representantes os deputados José Manteigas, Eduardo Namburete e André Magibire, para retomar o diálogo com o Governo e preparar um encontro, ao mais alto nível, sobre a crise política e militar em Moçambique.

As negociações entre o Governo moçambicano e a RENAMO estavam paralisadas há já vários meses, depois do principal movimento da oposição ter criticado o processo por não ter produzido qualquer efeito prático depois de inúmeras reuniões de trabalho.



Novo RESGNU para a Guiné-Bissau

O maliano Modibo Touré substituiu, a 1 de maio de 2016, o santomense Miguel Trovoada como Representante Especial do Secretário-geral das Nações Unidas (RESGNU) para a Guiné-Bissau e como chefe da Missão das Nações Unidas na Guiné-Bissau (UNIOGBIS).

Depois de 10 meses na Guiné-Bissau, Miguel Trovoada sai do país sem ter conseguido ajudar a resolver a crise política que afeta o país e que tem como atores centrais o Presidente José Mário Vaz (JOMAV) e o Governo do PAIGC liderado por Carlos Correia. Os apoiantes do governo acusam Trovoada de ter assumido posições claramente favoráveis ao Presidente guineense, assumindo uma posição parcial que em nada favoreceu a sua tarefa de mediador no conflito institucional.

Modibo Touré assume funções num momento em que crise guineense está novamente em escalada. A falta de entendimento entre o Governo do PAIGC e o Presidente provoca uma paralisia do país e uma grande desconfiança a nível internacional, o que não contribui em nada para a estabilidade do país e para a obtenção de apoios para a promoção do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

Touré, que tem a sua formação académica feita nos EUA, foi, em 2011, Ministro das Tecnologias, Telecomunicações e Correios do Mali. Depois de ter estado no governo maliano, e antes de começar a trabalhar para as Nações Unidas, Touré exerceu funções no Banco Africano de Desenvolvimento.

Foi representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em vários países africanos, nomeadamente, na República Centro-Africana, Burkina Faso, Djibuti, Chade, Etiópia e no Quênia. Mais recentemente, desempenhou as funções de Adjunto da Enviado Especial do Secretário-geral das Nações Unidas para a região dos Grandes Lagos, Mary Robinson.



São Tomé e Príncipe Apresenta Candidata a Secretária Geral da CPLP

A governadora do Banco Central de São Tomé e Príncipe, Maria do Carmo Silveira anunciou, a 5 de maio, que é a candidata de São Tomé e Príncipe (STP) ao cargo de Secretária-Executiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) para os próximos dois anos.

Maria do Carmo Trovoada Pires de Carvalho Silveira é Governadora do banco central de São Tomé e Príncipe desde 2011, tendo já sido também Primeira-ministra e Ministra das Finanças.

Depois de alguma polémica relacionada com que país devia nomear o próximo Secretário Executivo, uma vez que alguns países afirmaram que havia uma regra não escrita pela qual Portugal, enquanto país que tem a sede da CPLP, se absteria de apresentar um candidato, chegou-se a uma solução de consenso em que o mandato será partilhado. Nesse sentido, São Tomé e Príncipe apresentará um candidato para os dois primeiros anos e Portugal para os dois últimos anos do mandato do Secretário Executivo.

Na Cimeira de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, que terá lugar em Brasília em julho próximo, os estados membros irão escolher, por unanimidade, o sucessor do atual Secretário-Executivo, o moçambicano Murade Muragy.





Presidente JOMAV Demite Governo Guineense

O Presidente da República da Guiné-Bissau, José Mário Vaz (JOMAV) demitiu, a 12 de maio, o Governo liderado pelo Primeiro-ministro Carlos Correia. Esta decisão foi o culminar de uma crise política que se vivia no país desde que o anterior governo, liderado por Domingos Simões Pereira, foi demitido em agosto de 2015.

Em agosto de 2015, o Presidente guineense demitiu o Governo do PAIGC liderado por Simões Pereira e deu posse a um novo executivo, liderado por Baciro Djá, contra a posição do PAIGC, partido maioritário. No entanto, JOMAV viu-se obrigado a recuar, apenas dois dias depois, quando o Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau rejeitou tal hipótese.

Para ultrapassar a crise política, JOMAV acabou por aceitar que o PAIGC nomeasse outro governo desde que Domingos Simões Pereira não fizesse parte do mesmo. Apesar desta cedência do PAIGC, o Governo liderado pelo histórico Carlos Correia nunca teve vida fácil por parte do Presidente da República.

O último conflito teve a ver com o estatuto de 15 deputados do PAIGC que decidiram deixar de apoiar o governo de Carlos Correia e se juntaram ao maior partido da oposição, o Partido Renovador Social (PRS), com o intuito de derrubar o executivo. Esta tentativa teria o apoio do Presidente JOMAV, mas esbarrou na decisão do Presidente da Assembleia Nacional que retirou o mandato a estes deputados, permitindo ao PAIGC indicar os seus substitutos.

O argumento oficial, agora utilizado pelo Presidente JOMAV para demitir o governo foi a necessidade de se encontrar uma outra solução governativa que permita ultrapassar a crise institucional no país. O decreto que demite o Governo sustenta ainda a decisão no facto de o executivo empossado há mais de sete meses não ter sido capaz de entrar em plenitude de funções, de não dispor de um programa aprovado pelo parlamento e de não conseguir estancar a proliferação de greves no país.

O Presidente guineense deu a indicação que iria solicitar ao PAIGC que indicasse outra figura e outra proposta governativa para o país. Porém, o agravamento das relações do Presidente com o maior partido na ANP, não deixava antever que se consiga encontrar uma solução governativa dentro da atual composição da Assembleia Nacional.

A possibilidade do PRS formar governo, juntando os seus 41 deputados aos 15 que abandonaram o PAIGC permitiria criar um governo com 56 deputados num parlamento de 102 deputados. No entanto, esta solução deixaria de fora o PAIGC, partido que venceu as legislativas de abril de 2014 com maioria absoluta.

Perante este impasse, a solução poderia passar por eleições antecipadas. Mas novas eleições poderão dar um resultado semelhante ao de 2014, ou seja, maioria absoluta para o PAIGC de Domingos Simões Pereira, o que poderia fazer com que o impasse continuasse. Para além disso, a comunidade internacional não se mostra disponível para financiar novas eleições na Guiné-Bissau passado tão pouco tempo.

O próprio Presidente JOMAV não é grande apologista de novas eleições, preferindo dar posse a um governo liderado pelo PRS. Uma nova vitória eleitoral do PAIGC, liderado por Simões Pereira, reforçaria a posição deste partido ao mesmo tempo que fragilizava a posição do Presidente, o qual é visto por muitos como o principal responsável pela crise política no país.

O Presidente guineense anunciou, a 21 de maio, que recusou a nova proposta do PAIGC para formar governo. Esta proposta passava pela criação de um governo de unidade nacional suportado por um pacto de estabilidade. Este governo seria composto por 18 pastas para o PAIGC, incluindo a de Primeiro-ministro, 8 pastas para o PRS, 5 para outros partidos, 2 pastas a serem preenchidas com nomes sugeridos pela Presidência da República e 1 pasta para a sociedade civil.

O PRS recusou esta proposta e o Presidente JOMAV também a recusou afirmando que não dava garantias de estabilidade.

Perante esta situação, o Presidente convidou Baciro Djá para Primeiro-Ministro num governo apoiado pelo PRS e pelos 15 deputados do PAIGC que abandonaram o seu partido.

O extremar de posições e o agravamento da situação política fez com que quer a ONU, quer a União Africana, apelassem a toda a comunidade internacional para que tenha um maior envolvimento na tentativa de resolver a crise guineense.

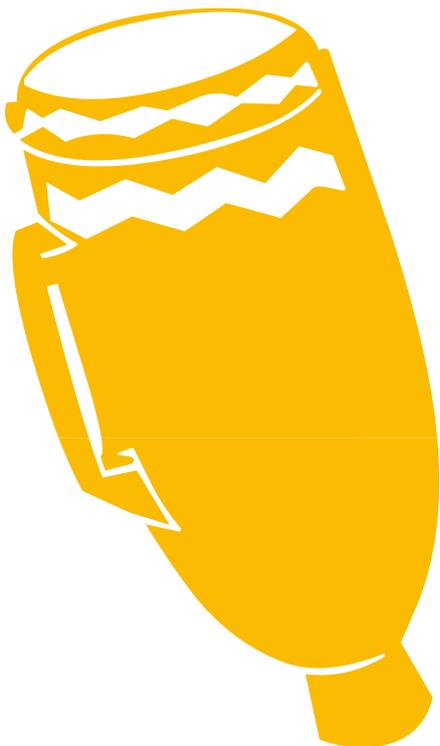
Este alerta da ONU é feito na altura em que se discute a renovação do mandato da missão da Comunidade Económica dos Estados da África



Ocidental na Guiné-Bissau (ECOMIB), o qual expira a 30 de junho de 2016. A existência da ECOMIB tem sido vista como um elemento fundamental para manter a situação na Guiné-Bissau sob controlo.

A ECOMIB foi enviada para a Guiné-Bissau em 2012 na sequência do golpe de estado de abril. Oficialmente a sua missão é a de apoiar as autoridades guineenses na reforma do sector da defesa e segurança. Mas, na prática, tem sido um elemento importante no controlo das forças armadas do país. O contingente da ECOMIB conta com um contingente de soldados e polícias do Burkina Faso e do Senegal. A Nigéria que era a principal contribuinte em número de elementos militares, retirou-se da ECOMIB por falta de pagamento aos seus militares. O mandato da ECOMIB tem sido, sucessivamente, renovado a cada seis meses.

A inexistência deste contingente militar internacional poderia ser um elemento que fomentasse, por parte de alguns atores guineenses, uma solução militar para a atual crise. Embora haja uma grande unanimidade à volta da importância da ECOMIB, o grande problema é o seu financiamento, tanto mais que a Nigéria, principal contribuinte para os orçamentos da CEDEO, cerca de 30% do total, não pagou a sua contribuição nos últimos dois anos.



Maiores Economias Africanas

De acordo com dados da consultora KPMG, que utilizou informação atualizada disponibilizada pelo FMI, a maior economia africana neste momento é a Nigéria. Uma grande surpresa na lista das maiores economias africanas foi o facto da economia sul-africana, que já foi durante longo tempo a maior do continente, ter caído para o terceiro lugar após ter sido ultrapassada pela economia egípcia.

Esta situação ficou a dever-se ao agravamento da situação interna sul-africana, entre 2012 e 2015, nomeadamente em termos políticos devido às acusações de que o presidente Jacob Zuma é alvo, a qual se caracterizou por taxas de crescimento muito baixas e por uma desvalorização do rand face aos USD.

Paralelamente, e apesar da instabilidade vivida no país e também na região, o PIB egípcio tem vindo a crescer. Em 2015, este crescimento foi de 301 mil MUSD para 331 mil MUSD, enquanto o PIB sul-africano caiu de 350 mil MUSD para 313 mil MUSD.

Com base nos dados disponibilizados pela KPMG, as 10 maiores economias africanas neste momento são a Nigéria, apesar da instabilidade derivada dos ataques do Boko Haram e da queda do preço do petróleo, o Egito; a África do Sul; Angola; Moçambique; Etiópia; Tanzânia; Gana; Botswana; Maurícias e Quénia

Esta lista foi elaborada tendo em conta critérios como a situação política, a liberdade e funcionamento do mercado, o potencial de crescimento e a dimensão da população, a diversificação da economia, a existência de matérias-primas e o preço da mão-de-obra.



Parceria Estratégica China–Moçambique

No âmbito da visita que efetuou, em maio, à China, o Presidente moçambicano Filipe Nyussi assinou com o seu homólogo chinês, Xi Jinping, um Acordo de Parceria e Cooperação Estratégica Global, que vai permitir aprofundar, ainda mais, as relações entre os dois países. Até agora, a China apenas tinha assinado este tipo de documentos, que eleva a relação entre dois países para um patamar superior, com os seus vizinhos no continente asiático, nomeadamente, com o Camboja, Laos, Birmânia, Tailândia e Vietname.

O Acordo assinado com Moçambique determina os princípios que passam a nortear as relações bilaterais, abrangendo as áreas de economia, energia, com especial incidência no gás natural, agricultura, infraestruturas, defesa e segurança. Ficou, igualmente, prevista a deslocalização para Moçambique de indústrias que a China vai eliminar com a reestruturação da sua economia e a construção de um centro cultural China e Moçambique.

A China vai responder, de imediato, ao apelo de Moçambique de uma ajuda alimentar de urgência devido às condições atmosféricas adversas que têm prejudicado as produções agrícolas moçambicanas.

A assinatura deste Acordo é visto como uma tentativa das autoridades moçambicanas de encontrarem alternativas ao apoio dos países ocidentais, os quais suspenderam grande parte da ajuda fruto das notícias relativas à dívida não declarada do estado moçambicano.

As relações entre a China e Moçambique conheceram um grande impulso após a Cimeira China-África de 2005, naquilo que ficou conhecido como o Ano da China em África, o qual marcou o forte reforço da intervenção chinesa no continente africano nos mais diversos setores.

Desde essa altura, a presença chinesa tem vindo a aumentar em Moçambique, sendo particularmente visível nas obras públicas. Apesar das vantagens deste apoio, o mesmo não deixa de ser criticado em Moçambique devido ao pouco envolvimento de meios moçambicanos para além da mão-de-obra barata.

No Fórum de Cooperação China-África, que teve lugar em finais de 2015 na África do Sul, a China anunciou a concessão de 60 mil milhões de USD em assistência e empréstimos aos países africanos. A verba prometida incluía cinco mil milhões de USD em empréstimos isentos de juros e 35 mil milhões de USD para empréstimos concessionais e crédito à exportação. Nessa altura, quatro países africanos, entre eles Moçambique, foram considerados pela China como parceiros estratégicos.

O Crescimento Económico em Africa

O Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas (ONU) divulgaram, em finais de maio em Lusaca, o relatório African Economic Outlook (AEO)² deste ano.

A principal conclusão do relatório deste ano é que as economias africanas irão registar, em 2017, um crescimento económico que se situará entre os 3,7% a 4,5%. Apesar de serem taxas baixas, quando comparadas com anos recentes, não deixam de antever algum otimismo moderado em relação à performance das economias africanas no próximo ano.

Estas estimativas são feitas num contexto em que se espera que haja uma recuperação, mesmo que moderada, dos preços das matérias-primas. Face a este contexto de incertezas, o relatório do African Economic Outlook sugere que haja um apertado controlo sobre as dívidas dos países, o que implica uma vigilância reforçada por parte dos estados sobre as suas despesas.

No que diz respeito aos PALOP, o Relatório é bastante cauteloso, fruto da dependência destes países sobre algumas matérias-primas.

No que diz respeito a Angola, o preço do petróleo e a sua evolução é determinante para analisar a performance da economia angolana. De acordo com dados do FMI, entre 2011 e 2013 o sector petrolífero representou, cerca de 45% do Produto Interno Bruto, e a receita do petróleo equivaleu a cerca de 80% das receitas arrecadadas pelo Estado.

As perspetivas do AEO para Angola apontam para um crescimento económico em 2016 de 3,3%, e de 3,5% em 2017. Mas tudo dependerá da evolução do preço do petróleo no mercado mundial.

A grande aposta continuará a ser a necessidade de diversificar a economia angolana para não ficar tão dependente do petróleo e das importações e a criação de condições para atrair mais investimento direto estrangeiro. Nesse sentido, o executivo angolano apostará, prioritariamente, na agricultura como setor capaz de aumentar as exportações do país e a conseqüente obtenção de divisas. Paralelamente, deverá haver uma forte aposta no desenvolvimento do país fora dos grandes centros urbanos.

² <http://www.africaneconomicoutlook.org/>



No caso de Cabo Verde, as apostas para o crescimento económico continuam a ser no turismo e no investimento direto estrangeiro, setores, onde tradicionalmente os governos cabo-verdianos têm apostado. A recente troca de um governo do PAICV por um governo do MpD não deverá alterar esta estratégia.

Prevê-se que o país cresça 4% em 2016 e em 2017, sendo que o grande desafio é o de manter a dívida, a qual cresceu de 95% do RNB em 2013 para 118% em 2015, em níveis sustentáveis.

A Guiné-Bissau continua a enfrentar uma instabilidade política que não tem permitido aos governos levarem a cabo as suas opções económicas. Depois das promessas internacionais obtidas na Conferência Internacional de doadores de Bruxelas, em março de 2015, onde o então executivo guineense liderado por Domingos Simões Pereira apresentou a sua visão para o desenvolvimento do país através do documento Terra Ranka, a instabilidade política fez desvanecer o apoio internacional.

Apesar de ter conseguido regressar ao crescimento económico, depois de mais de três anos de estagnação na sequência do golpe de estado de 2012, o futuro do país está envolto numa grande incerteza e dependerá da possibilidade de se encontrar uma solução governativa estável.

A Guiné Equatorial ressentiu-se fortemente da queda do preço do petróleo, com o seu RNB a cair 10% em 2015 e prevendo-se que a queda em 2016 seja de 8%. Perante esta situação, o Governo de Malabo adotou medidas drásticas que passaram pela redução em 50% do investimento público e pela diminuição da despesa pública.

Os rendimentos provenientes do petróleo têm permitido, até agora, que o governo equato-guineense desenvolvesse um plano de grandes obras públicas e urbanização que impulsionaram a economia do país nos anos mais recentes e atraíram inúmeras empresas estrangeiras. Uma diminuição nesta política não deixaram de ter consequências sociais. A diversificação da economia ainda está numa fase muito embrionária e incapaz de suportar a diminuição das receitas petrolíferas.

Moçambique continua a ser visto como um país com um enorme potencial, fruto, em grande medida, das suas potencialidades ener-

géticas. O forte crescimento que o país conheceu em anos recentes tem vindo a esbater-se devido à instabilidade que o país tem vivido.

O reacender do conflito entre o Governo moçambicano e a RENAMO, especialmente visível nas províncias do centro e norte do país, tem prejudicado a imagem do país e travado investimento externos.

Os problemas das dívidas não reveladas nos casos de diversas empresas públicas, EMATUM, Proindictus e MAM, levaram à suspensão do apoio ao orçamento pelos doadores que fazem parte do G-14.

Apesar deste cenário, o AEO prevê que Moçambique venha a crescer cerca de 6,5% em 2016.

São Tomé e Príncipe tem conseguido melhorar a sua imagem internacionalmente, fruto de um período de estabilidade governativa e da existência de um plano para o desenvolvimento do país. Apesar das fragilidades inerentes à sua condição de pequeno estado insular, a aposta no investimento direto estrangeiro, no turismo e no setor agrícola, poderão ser as apostas certas para o desenvolvimento do país. O AEO aponta para um crescimento económico de 5% em 2016 e também em 2017.



Portugal participa na MINUSCA

Portugal vai enviar, em julho deste ano, 149 militares para integrarem a missão de estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA). Os militares portugueses farão parte da Força de Reação de Rápida da MINUSCA.

O envio de forças portuguesas para a República Centro-Africana (RCA) foi aprovado no Conselho Superior de Defesa Nacional, a 24 de março passado, faltando ainda a certificação por parte da ONU, um passo necessário para a participação dos militares portugueses.

O envio de militares europeus para a RCA tinha começado a ser discutido, em janeiro de 2014, face ao agravamento da situação no país devido ao conflito que opunha as milícias cristãs às milícias muçulmanas.

A ideia inicial era o envio de um contingente militar entre os 300 e 500 efetivos com o objetivo de controlar o aeroporto da capital, Bangui, de modo a permitir a chegada de ajuda internacional e permitir a sua distribuição à população

A força europeia estaria sob coordenação da França, antiga potência colonial e principal fornecedora de efetivos militares, e contaria com o apoio da Bélgica, Estónia e Polónia.

A MINUSCA foi criada em 2014 pela Nações Unidas com vários objetivos, nomeadamente, a proteção da população, o apoio à distribuição de ajuda humanitária, a promoção da proteção dos direitos humanos, o desarmamento, e a desmobilização das milícias de ambos os lados do conflito.



Candidatos às Presidenciais em São Tomé e Príncipe

São Tomé e Príncipe vai realizar eleições presidenciais a 19 de julho. Vários são os candidatos que já manifestaram oficialmente a sua vontade de concorrer. Como independentes surgem o economista Estanislau Afonso e o músico Gilberto Gil Umbelina, este último candidato ao cargo pela segunda vez.

Do lado dos partidos, os candidatos que surgiram foram Maria das Neves, antiga Primeira-Ministra, e que conta com o apoio do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata (MLSTP-PSD) e Tomé Verá Cruz, também ele antigo Primeiro-Ministro entre 2006 e 2008, que contará com o apoio do Partido da Convergência Democrática (PCD).

O atual Presidente, Manuel Pinto da Costa já deu indicações que tenciona recandidatar-se ao cargo como independente, tanto mais que o seu partido, o MLSTP-PSD, já oficializou o apoio à candidatura de Maria das Neves. O mandato de Pinto da Costa não tem sido muito pacífico devido aos choques com o Governo liderado por Patrice Trovoada, quer mesmo no relacionamento com o líder do MLSTP-PSD, Aurélio Martins.

O partido que está no poder, a Ação Democrática Independente (ADI), vai apoiar, novamente, Evaristo de Carvalho, o qual perdeu as últimas presidenciais para Pinto da Costa. A escolha do candidato da ADI ainda esteve envolto em alguma indefinição perante a possibilidade do próprio Patrice Trovoada se candidatar. Após alguma hesitação, Trovoada acabou por preferir terminar o seu mandato como Primeiro-Ministro, o que lhe dará tempo para concluir várias das suas promessas, consolidando a sua imagem, ao mesmo tempo, que apoia um candidato da sua inteira confiança.



Hisséne Habré Condenado a Prisão Perpétua

O antigo Presidente do Chade, Hisséne Habré foi condenado, a 27 de maio, à pena de prisão perpétua pelos crimes cometidos durante os 8 anos, 1982-1990, em que dirigiu o país. Este julgamento, que contou com o apoio da União Africana, teve início a 20 de julho passado em Dakar, onde Habré viveu os últimos 20 anos, e representou um momento especial para o continente, uma vez que, pela primeira vez, um antigo líder africano é julgado no continente e não no Tribunal Penal Internacional (TPI).

O julgamento foi acompanhado pelos representantes da Associação Chadiana de Vítimas de Crimes e Repressões Políticas (AVCRP), a qual acusava Habré de mais de 40 mil assassinatos políticos e mais de 200 mil casos de tortura durante o período em que esteve à frente dos destinos do Chade.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição

J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05